CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO RELATIVO AOS PROCESSOS DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

|  |
| --- |
| - 1º Fase = Sumário de culpa é um nome conhecido para tal fase. Acusação e da instrução preliminar. judicium accusationis ou juízo de formação de culpa  -- (Atos preparatórios)  - 2º Fase = Plenário do jurí |

O tribunal do júri é um rito especial previsto no código de processo penal.

Ele é composto por duas fases e uma subfase.

É um procedimento escalonado bifásico

Só irá para a segunda fase, o réu que for **pronunciado** na primeira

Falando de alguns princípios que a constituição aponta para o júri:

**Plenitude de defesa** = + que contraditório e ampla defesa, vale até apelar para o emocional

**Sigilo das votações** = Ninguém saberá qual foi especificamente o voto de cada jurado

**Soberania dos vereditos** = embora caiba recurso em casos específicos taxados pela lei

Competência mínima para o julgamento de **crimes dolosos contra a vida (Na modalidade *TENTADA OU CONSUMADA*, ambas vão ao júri)**

**4 crimes = Homicídio, infanticídio, aborto e auxílio ao suicídio**

Os de cima mais seus tipos qualificados e variações entram na categoria de crimes dolosos contra a vida

Seção I

Da Acusação e da Instrução Preliminar

  Art. 406.  O juiz, ao receber a denúncia ou a queixa, ordenará a citação do acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias

(Até aqui, igual rito sumário e rito ordinário)

(Por que está escrito queixa se, via de regra, esses crimes dolosos contra a vida possuem acusação feita pelo MP? Por que pode ser que ele durma no ponto, e aí tenhamos uma ação penal privada subsidiária da pública, que vem em substituição da pública)

§ 1o  O prazo previsto no caputdeste artigo será contado a partir do efetivo cumprimento do mandado ou do comparecimento, em juízo, do acusado ou de defensor constituído, no caso de citação inválida ou por edital.

(Quando a citação for por edital ou inválida, o prazo para a resposta à acusação será contado a partir da dada em que a pessoa ou o advogado aparecer. Se a citação for normal o prazo conta no dia em que foi realizada a citação)

§ 2o  A acusação deverá arrolar testemunhas, até o máximo de 8 (oito), na denúncia ou na queixa.

(Igual ao rito ordinário nesse sentido, aqui falamos da primeira fase. Sumário = 5 testemunhas)

§ 3o  Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 8 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Art. 407.  As exceções serão processadas em apartado (separado, outro processo), nos termos dos [arts. 95 a 112 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm" \l "art95).          

Art. 408.  Não apresentada a resposta no prazo legal, o juiz nomeará defensor para oferecê-la em até 10 (dez) dias, concedendo-lhe vista dos autos.

**(Defensor público para aquelas pessoas que possuem condições para pagar por um advogado e dativo para aquelas que são carentes demais para isso)**

Art. 409.  Apresentada a defesa, o juiz ouvirá o Ministério Público ou o querelante sobre preliminares e documentos, em 5 (cinco) dias. - NEW

(Isso aqui é totalmente novo. Em outros ritos a réplica, que é aqui descrita, não possui previsão legal, mas no tribunal do júri tem. A acusação (Mp por denúncia ou queixa por meio de uma ação penal subsidiária) faz a denúncia. A defesa responde por escrito em 10 dias, agora temos réplica, a palavra volta para a acusação, essa tal réplica deve ser feita em 5 dias)

  Art. 410.  O juiz determinará a inquirição das testemunhas e a realização das diligências requeridas pelas partes, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

(O juiz vai ter que marcar a audiência no prazo de 10 dias. No rito ordinário era 60, no sumário 30, aqui é 10)

  Art. 411.  Na audiência de instrução, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, se possível, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado e procedendo-se o debate.

(OTEI. Simplesmente a mesma ordem de costume na audiência)

§ 1o  Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento e de deferimento pelo juiz.

§ 2o  As provas serão produzidas em uma só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.

§ 3o  Encerrada a instrução probatória (provas apresentadas e analisadas), observar-se-á, se for o caso, o disposto no [art. 384 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art384). (Rito ordinário)

§ 4o  As alegações serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez).

(Copia e cola rapaz)

 § 5o  Havendo mais de 1 (um) acusado, o tempo previsto para a acusação e a defesa de cada um deles será individual.

§ 6o  Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação deste, serão concedidos 10 (dez) minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.

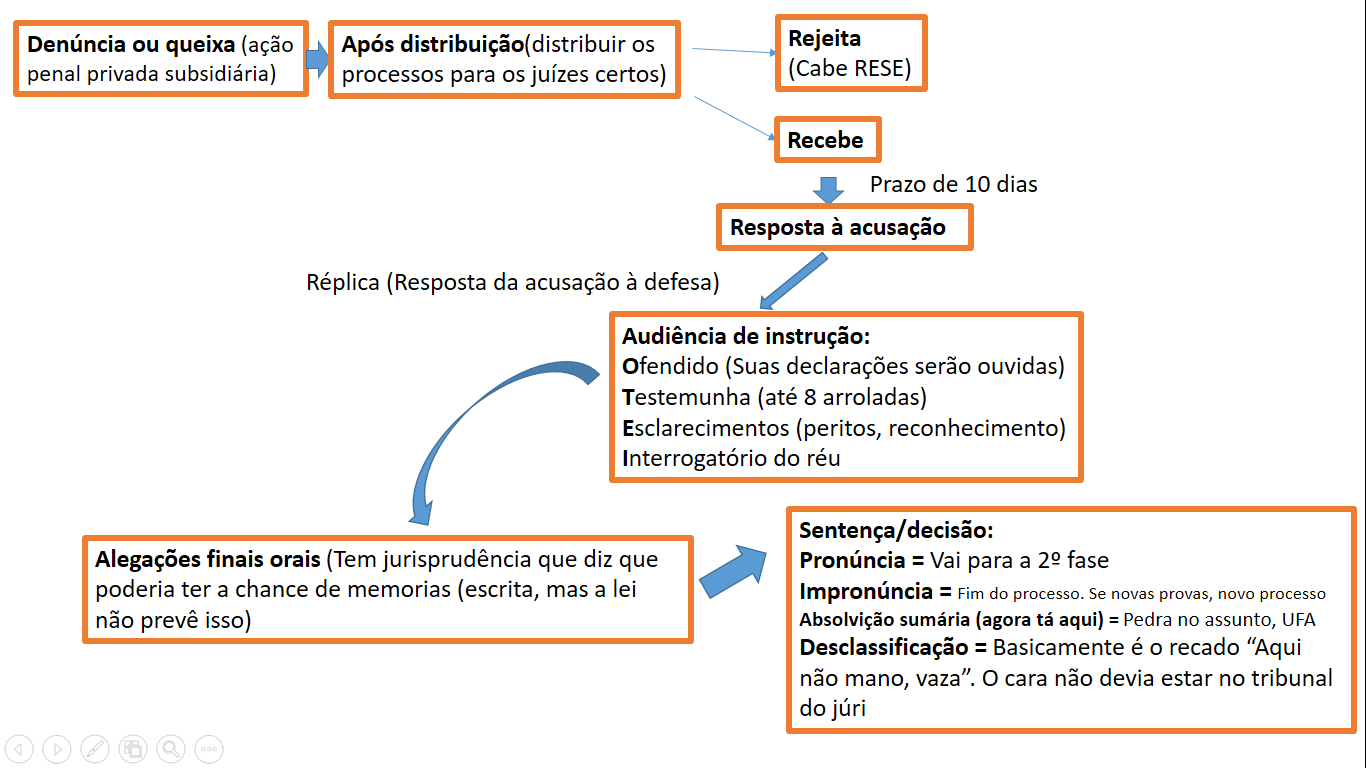
§ 7o  Nenhum ato será adiado, salvo quando imprescindível à prova faltante, determinando o juiz a condução coercitiva de quem deva comparecer.

§ 8o  A testemunha que comparecer será inquirida, independentemente da suspensão da audiência, observada em qualquer caso a ordem estabelecida no caputdeste artigo.

(Dá um carinho especial para este parágrafo, consigo visualizar ele caindo em prova)

§ 9o  Encerrados os debates, o juiz proferirá a sua decisão, ou o fará em 10 (dez) dias, ordenando que os autos para isso lhe sejam conclusos. (Os autos vão para ele)

  Art. 412.  O procedimento será concluído no prazo máximo de 90 (noventa) dias.



Interessante notar que cabe ***APELAÇÃO*** na **absolvição sumária e na impronúncia e**

***RESE*** **na pronúncia e desclassificação**

**VOGAL COM VOGAL, CONSOANTE COM CONSOANTE**

Seção II

Da Pronúncia, da Impronúncia e da Absolvição Sumária

  Art. 413.  O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

(O que são indícios suficientes de autoria + prova da materialidade? = JUSTA CAUSA)

§ 1o  A fundamentação da pronúncia (decisão apenas, nada de mérito, por isso tem que ser curta) limitar-se-á:

- à indicação da **materialidade** do fato e da

- **existência de indícios suficientes de autoria** ou de participação,

- devendo o juiz declarar o **dispositivo legal** (base legal para sua decisão) em que julgar incurso o acusado e **especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena****. (Tá vendo causa de diminuição de pena aqui? A resposta certa é não!)**

§ 2o  Se o crime for afiançável, o juiz arbitrará (julgará, determinará) o valor da fiança para a concessão ou manutenção da liberdade provisória.

§ 3o  O juiz decidirá, motivadamente, no caso de manutenção, revogação ou substituição da prisão ou medida restritiva de liberdade anteriormente decretada e, tratando-se de acusado solto, sobre a necessidade da decretação da prisão ou imposição de quaisquer das medidas previstas no [Título IX do Livro I deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#livroitituloix).

(Tudo isso constará na sentença ou na decisão do juiz)

  Art. 414.  Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado.

Parágrafo único.  Enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova.

(Cuidado. Pode prescrever o crime, morte também extingue punibilidade)

  Art. 415.  O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando:

I – provada a inexistência do fato; (Foi provado por conta da instrução probatória)

II – provado não ser ele autor ou partícipe do fato; (Foi provado por conta da instrução probatória)

III – o fato não constituir infração penal;           

IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime. (Engloba exclusão de culpabilidade, exclusão de ilicitude e extinção da punibilidade)

(Cuidado porque as hipóteses de absolvição sumária na primeira fase do júri são diferentes das hipóteses do rito ordinário)

Parágrafo único.  Não se aplica o disposto no inciso IV do caput deste artigo ao caso de inimputabilidade prevista no caputdo [art. 26 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm#art26), salvo quando esta for a única tese defensiva.

(Quando o mano é inimputável (doente mental), caso a inimputabilidade seja a única tese da defesa ele terá absolvição imprópria, será internado e tal. Mas se a defesa tiver outra tese, pode ir com isso até onde der, para ver se chega em um veredito melhor)

Art. 416.  Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação.

(Porquê? Por que essas (impronúncia e absolvição são sentenças), contra sentença cabe apelação, contra o resto RESE)

Art. 417.  Se houver indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação, o juiz, ao pronunciar ou impronunciar o acusado, determinará o retorno dos autos ao Ministério Público, por 15 (quinze) dias, aplicável, no que couber, o [art. 80 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art80).           

(Ficou claro que mais gente participou do crime? Envia autos ao MP, por 15 dias)

Art. 418.  O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, embora o acusado fique sujeito a pena mais grave.

(DANGER: O juiz pode receber uma denúncia x e pronunciar o réu alegando crime 2x? SIM. Caso os fatos apontem para isso, ainda que piore a situação do réu)

Art. 419.  Quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de crime diverso dos referidos no [§ 1o do art. 74 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art74%C2%A71) e não for competente para o julgamento, remeterá os autos ao juiz que o seja. (Desclassificação)

(Juiz percebe que não foi crime doloso contra a vida. Remeterá a outro juiz e o acusado ficará preso enquanto isso)

Parágrafo único.  Remetidos os autos do processo a outro juiz, à disposição deste ficará o acusado preso.           

Art. 420.  A intimação da decisão de pronúncia será feita:           

I – pessoalmente ao acusado, ao defensor nomeado e ao Ministério Público;

II – ao defensor constituído, ao querelante e ao assistente do Ministério Público, na forma do disposto no [§ 1o do art. 370 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art370).

(Publicação, igual era antes)     

Parágrafo único.  Será intimado por edital o acusado solto que não for encontrado.

(Não suspende o processo não, isso quem faz é a citação, o processo continua sem o réu se for o caso)

Art. 421.  Preclusa) (Permanente, estabelecida, quando não cabe mais recursos) a decisão de pronúncia, os autos serão encaminhados ao juiz presidente do Tribunal do Júri.           

§ 1o  Ainda que preclusa a decisão de pronúncia, havendo circunstância superveniente que altere a classificação do crime, o juiz ordenará a remessa dos autos ao Ministério Público.

§ 2o  Em seguida, os autos serão conclusos ao juiz para decisão.

(Vai pro MP mas depois volta para o juiz)

Seção III

Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário

  Art. 422.  Ao receber os autos, o presidente do Tribunal do Júri determinará a intimação do órgão do Ministério Público ou do querelante, no caso de queixa, e do defensor, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 5 (cinco), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligência.          [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 423.  Deliberando sobre os requerimentos de provas a serem produzidas ou exibidas no plenário do júri, e adotadas as providências devidas, o juiz presidente:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

I – ordenará as diligências necessárias para sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

II – fará relatório sucinto do processo, determinando sua inclusão em pauta da reunião do Tribunal do Júri.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 424.  Quando a lei local de organização judiciária não atribuir ao presidente do Tribunal do Júri o preparo para julgamento, o juiz competente remeter-lhe-á os autos do processo preparado até 5 (cinco) dias antes do sorteio a que se refere o [art. 433 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art433).           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Parágrafo único.  Deverão ser remetidos, também, os processos preparados até o encerramento da reunião, para a realização de julgamento.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção IV

Do Alistamento dos Jurados

[(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 425.  Anualmente, serão alistados pelo presidente do Tribunal do Júri de 800 (oitocentos) a 1.500 (um mil e quinhentos) jurados nas comarcas de mais de 1.000.000 (um milhão) de habitantes, de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) nas comarcas de mais de 100.000 (cem mil) habitantes e de 80 (oitenta) a 400 (quatrocentos) nas comarcas de menor população.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Nas comarcas onde for necessário, poderá ser aumentado o número de jurados e, ainda, organizada lista de suplentes, depositadas as cédulas em urna especial, com as cautelas mencionadas na parte final do [§ 3o do art. 426 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art426).           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  O juiz presidente requisitará às autoridades locais, associações de classe e de bairro, entidades associativas e culturais, instituições de ensino em geral, universidades, sindicatos, repartições públicas e outros núcleos comunitários a indicação de pessoas que reúnam as condições para exercer a função de jurado.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 426.  A lista geral dos jurados, com indicação das respectivas profissões, será publicada pela imprensa até o dia 10 de outubro de cada ano e divulgada em editais afixados à porta do Tribunal do Júri.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  A lista poderá ser alterada, de ofício ou mediante reclamação de qualquer do povo ao juiz presidente até o dia 10 de novembro, data de sua publicação definitiva.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Juntamente com a lista, serão transcritos os [arts. 436 a 446 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm" \l "art436).           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 3o  Os nomes e endereços dos alistados, em cartões iguais, após serem verificados na presença do Ministério Público, de advogado indicado pela Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil e de defensor indicado pelas Defensorias Públicas competentes, permanecerão guardados em urna fechada a chave, sob a responsabilidade do juiz presidente.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 4o  O jurado que tiver integrado o Conselho de Sentença nos 12 (doze) meses que antecederem à publicação da lista geral fica dela excluído.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 5o  Anualmente, a lista geral de jurados será, obrigatoriamente, completada.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção V

Do Desaforamento

[(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 427.  Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente e terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Sendo relevantes os motivos alegados, o relator poderá determinar, fundamentadamente, a suspensão do julgamento pelo júri.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 3o  Será ouvido o juiz presidente, quando a medida não tiver sido por ele solicitada.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 4o  Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, nesta última hipótese, quanto a fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 428.  O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Para a contagem do prazo referido neste artigo, não se computará o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Não havendo excesso de serviço ou existência de processos aguardando julgamento em quantidade que ultrapasse a possibilidade de apreciação pelo Tribunal do Júri, nas reuniões periódicas previstas para o exercício, o acusado poderá requerer ao Tribunal que determine a imediata realização do julgamento.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção VI

Da Organização da Pauta

[(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 429.  Salvo motivo relevante que autorize alteração na ordem dos julgamentos, terão preferência:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

I – os acusados presos;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

II – dentre os acusados presos, aqueles que estiverem há mais tempo na prisão;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

III – em igualdade de condições, os precedentemente pronunciados.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Antes do dia designado para o primeiro julgamento da reunião periódica, será afixada na porta do edifício do Tribunal do Júri a lista dos processos a serem julgados, obedecida a ordem prevista no caput deste artigo.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  O juiz presidente reservará datas na mesma reunião periódica para a inclusão de processo que tiver o julgamento adiado.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 430.  O assistente somente será admitido se tiver requerido sua habilitação até 5 (cinco) dias antes da data da sessão na qual pretenda atuar.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 431.  Estando o processo em ordem, o juiz presidente mandará intimar as partes, o ofendido, se for possível, as testemunhas e os peritos, quando houver requerimento, para a sessão de instrução e julgamento, observando, no que couber, o disposto no art. 420 deste Código. [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção VII

Do Sorteio e da Convocação dos Jurados

[(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 432.  Em seguida à organização da pauta, o juiz presidente determinará a intimação do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Defensoria Pública para acompanharem, em dia e hora designados, o sorteio dos jurados que atuarão na reunião periódica.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 433.  O sorteio, presidido pelo juiz, far-se-á a portas abertas, cabendo-lhe retirar as cédulas até completar o número de 25 (vinte e cinco) jurados, para a reunião periódica ou extraordinária.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  O sorteio será realizado entre o 15o (décimo quinto) e o 10o (décimo) dia útil antecedente à instalação da reunião.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  A audiência de sorteio não será adiada pelo não comparecimento das partes.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 3o  O jurado não sorteado poderá ter o seu nome novamente incluído para as reuniões futuras.          [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 434.  Os jurados sorteados serão convocados pelo correio ou por qualquer outro meio hábil para comparecer no dia e hora designados para a reunião, sob as penas da lei.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Parágrafo único.  No mesmo expediente de convocação serão transcritos os [arts. 436 a 446 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm" \l "art436).           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 435.  Serão afixados na porta do edifício do Tribunal do Júri a relação dos jurados convocados, os nomes do acusado e dos procuradores das partes, além do dia, hora e local das sessões de instrução e julgamento. [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção VIII

Da Função do Jurado

[(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 436.  O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 437.  Estão isentos do serviço do júri:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

I – o Presidente da República e os Ministros de Estado;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

II – os Governadores e seus respectivos Secretários;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

III – os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

IV – os Prefeitos Municipais;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

VIII – os militares em serviço ativo;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

X – aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 438.  A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

~~Art. 439.  O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo            .~~[~~(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)~~](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 439.  O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.           [(Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12403.htm#art1)

  Art. 440.  Constitui também direito do jurado, na condição do [art. 439 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art439), preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 441.  Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 442.  Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.          [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 443.  Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 444.  O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 445.  O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 446.  Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no [art. 445 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art445).           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção IX

Da Composição do Tribunal do Júri e da Formação do Conselho de Sentença

[(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 447.  O Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 25 (vinte e cinco) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 448.  São impedidos de servir no mesmo Conselho:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

I – marido e mulher;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

II – ascendente e descendente;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

III – sogro e genro ou nora;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

IV – irmãos e cunhados, durante o cunhadio;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

V – tio e sobrinho;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

VI – padrasto, madrasta ou enteado.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  O mesmo impedimento ocorrerá em relação às pessoas que mantenham união estável reconhecida como entidade familiar.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Aplicar-se-á aos jurados o disposto sobre os impedimentos, a suspeição e as incompatibilidades dos juízes togados.          [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 449.  Não poderá servir o jurado que:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

I – tiver funcionado em julgamento anterior do mesmo processo, independentemente da causa determinante do julgamento posterior;          [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

II – no caso do concurso de pessoas, houver integrado o Conselho de Sentença que julgou o outro acusado;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

III – tiver manifestado prévia disposição para condenar ou absolver o acusado          . [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 450.  Dos impedidos entre si por parentesco ou relação de convivência, servirá o que houver sido sorteado em primeiro lugar.          [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 451.  Os jurados excluídos por impedimento, suspeição ou incompatibilidade serão considerados para a constituição do número legal exigível para a realização da sessão.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 452.  O mesmo Conselho de Sentença poderá conhecer de mais de um processo, no mesmo dia, se as partes o aceitarem, hipótese em que seus integrantes deverão prestar novo compromisso.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção X

Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri

[(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 453.  O Tribunal do Júri reunir-se-á para as sessões de instrução e julgamento nos períodos e na forma estabelecida pela lei local de organização judiciária.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 454.  Até o momento de abertura dos trabalhos da sessão, o juiz presidente decidirá os casos de isenção e dispensa de jurados e o pedido de adiamento de julgamento, mandando consignar em ata as deliberações.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 455.  Se o Ministério Público não comparecer, o juiz presidente adiará o julgamento para o primeiro dia desimpedido da mesma reunião, cientificadas as partes e as testemunhas.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Parágrafo único.  Se a ausência não for justificada, o fato será imediatamente comunicado ao Procurador-Geral de Justiça com a data designada para a nova sessão.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 456.  Se a falta, sem escusa legítima, for do advogado do acusado, e se outro não for por este constituído, o fato será imediatamente comunicado ao presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, com a data designada para a nova sessão.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Não havendo escusa legítima, o julgamento será adiado somente uma vez, devendo o acusado ser julgado quando chamado novamente.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Na hipótese do § 1o deste artigo, o juiz intimará a Defensoria Pública para o novo julgamento, que será adiado para o primeiro dia desimpedido, observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 457.  O julgamento não será adiado pelo não comparecimento do acusado solto, do assistente ou do advogado do querelante, que tiver sido regularmente intimado.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Os pedidos de adiamento e as justificações de não comparecimento deverão ser, salvo comprovado motivo de força maior, previamente submetidos à apreciação do juiz presidente do Tribunal do Júri.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Se o acusado preso não for conduzido, o julgamento será adiado para o primeiro dia desimpedido da mesma reunião, salvo se houver pedido de dispensa de comparecimento subscrito por ele e seu defensor.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 458.  Se a testemunha, sem justa causa, deixar de comparecer, o juiz presidente, sem prejuízo da ação penal pela desobediência, aplicar-lhe-á a multa prevista no [§ 2o do art. 436 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art436). [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 459.  Aplicar-se-á às testemunhas a serviço do Tribunal do Júri o disposto no [art. 441 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art441).           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 460.  Antes de constituído o Conselho de Sentença, as testemunhas serão recolhidas a lugar onde umas não possam ouvir os depoimentos das outras.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 461.  O julgamento não será adiado se a testemunha deixar de comparecer, salvo se uma das partes tiver requerido a sua intimação por mandado, na oportunidade de que trata o [art. 422 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art422), declarando não prescindir do depoimento e indicando a sua localização.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Se, intimada, a testemunha não comparecer, o juiz presidente suspenderá os trabalhos e mandará conduzi-la ou adiará o julgamento para o primeiro dia desimpedido, ordenando a sua condução.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  O julgamento será realizado mesmo na hipótese de a testemunha não ser encontrada no local indicado, se assim for certificado por oficial de justiça.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 462.  Realizadas as diligências referidas nos [arts. 454 a 461 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm" \l "art454), o juiz presidente verificará se a urna contém as cédulas dos 25 (vinte e cinco) jurados sorteados, mandando que o escrivão proceda à chamada deles.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 463.  Comparecendo, pelo menos, 15 (quinze) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  O oficial de justiça fará o pregão, certificando a diligência nos autos.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Os jurados excluídos por impedimento ou suspeição serão computados para a constituição do número legal.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 464.  Não havendo o número referido no [art. 463 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art463), proceder-se-á ao sorteio de tantos suplentes quantos necessários, e designar-se-á nova data para a sessão do júri.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 465.  Os nomes dos suplentes serão consignados em ata, remetendo-se o expediente de convocação, com observância do disposto nos [arts. 434 e 435 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm" \l "art434).           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 466.  Antes do sorteio dos membros do Conselho de Sentença, o juiz presidente esclarecerá sobre os impedimentos, a suspeição e as incompatibilidades constantes dos [arts. 448 e 449 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm" \l "art448).           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  O juiz presidente também advertirá os jurados de que, uma vez sorteados, não poderão comunicar-se entre si e com outrem, nem manifestar sua opinião sobre o processo, sob pena de exclusão do Conselho e multa, na forma do [§ 2o do art. 436 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art436).           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  A incomunicabilidade será certificada nos autos pelo oficial de justiça.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 467.  Verificando que se encontram na urna as cédulas relativas aos jurados presentes, o juiz presidente sorteará 7 (sete) dentre eles para a formação do Conselho de Sentença.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 468.  À medida que as cédulas forem sendo retiradas da urna, o juiz presidente as lerá, e a defesa e, depois dela, o Ministério Público poderão recusar os jurados sorteados, até 3 (três) cada parte, sem motivar a recusa.[(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Parágrafo único.  O jurado recusado imotivadamente por qualquer das partes será excluído daquela sessão de instrução e julgamento, prosseguindo-se o sorteio para a composição do Conselho de Sentença com os jurados remanescentes.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 469.  Se forem 2 (dois) ou mais os acusados, as recusas poderão ser feitas por um só defensor.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  A separação dos julgamentos somente ocorrerá se, em razão das recusas, não for obtido o número mínimo de 7 (sete) jurados para compor o Conselho de Sentença.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Determinada a separação dos julgamentos, será julgado em primeiro lugar o acusado a quem foi atribuída a autoria do fato ou, em caso de co-autoria, aplicar-se-á o critério de preferência disposto no [art. 429 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art429).           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 470.  Desacolhida a argüição de impedimento, de suspeição ou de incompatibilidade contra o juiz presidente do Tribunal do Júri, órgão do Ministério Público, jurado ou qualquer funcionário, o julgamento não será suspenso, devendo, entretanto, constar da ata o seu fundamento e a decisão.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 471.  Se, em conseqüência do impedimento, suspeição, incompatibilidade, dispensa ou recusa, não houver número para a formação do Conselho, o julgamento será adiado para o primeiro dia desimpedido, após sorteados os suplentes, com observância do disposto no [art. 464 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art464).           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 472.  Formado o Conselho de Sentença, o presidente, levantando-se, e, com ele, todos os presentes, fará aos jurados a seguinte exortação:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Em nome da lei, concito-vos a examinar esta causa com imparcialidade e a proferir a vossa decisão de acordo com a vossa consciência e os ditames da justiça.

Os jurados, nominalmente chamados pelo presidente, responderão:

Assim o prometo.

Parágrafo único.  O jurado, em seguida, receberá cópias da pronúncia ou, se for o caso, das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação e do relatório do processo.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção XI

Da Instrução em Plenário

[(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 473.  Prestado o compromisso pelos jurados, será iniciada a instrução plenária quando o juiz presidente, o Ministério Público, o assistente, o querelante e o defensor do acusado tomarão, sucessiva e diretamente, as declarações do ofendido, se possível, e inquirirão as testemunhas arroladas pela acusação.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Para a inquirição das testemunhas arroladas pela defesa, o defensor do acusado formulará as perguntas antes do Ministério Público e do assistente, mantidos no mais a ordem e os critérios estabelecidos neste artigo.[(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Os jurados poderão formular perguntas ao ofendido e às testemunhas, por intermédio do juiz presidente.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 3o  As partes e os jurados poderão requerer acareações, reconhecimento de pessoas e coisas e esclarecimento dos peritos, bem como a leitura de peças que se refiram, exclusivamente, às provas colhidas por carta precatória e às provas cautelares, antecipadas ou não repetíveis.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 474.  A seguir será o acusado interrogado, se estiver presente, na forma estabelecida no [Capítulo III do Título VII do Livro I deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#livroitituloviicapituloiii), com as alterações introduzidas nesta Seção.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  O Ministério Público, o assistente, o querelante e o defensor, nessa ordem, poderão formular, diretamente, perguntas ao acusado.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Os jurados formularão perguntas por intermédio do juiz presidente. [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 3o  Não se permitirá o uso de algemas no acusado durante o período em que permanecer no plenário do júri, salvo se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou à garantia da integridade física dos presentes.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 474-A. Durante a instrução em plenário, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão respeitar a dignidade da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz presidente garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas:        [(Incluído pela Lei nº 14.245, de 2021)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14245.htm#art3)

I - a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos;       [(Incluído pela Lei nº 14.245, de 2021)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14245.htm#art3)

II - a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas.      [(Incluído pela Lei nº 14.245, de 2021)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14245.htm#art3)

  Art. 475.  O registro dos depoimentos e do interrogatório será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, eletrônica, estenotipia ou técnica similar, destinada a obter maior fidelidade e celeridade na colheita da prova.[(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Parágrafo único.  A transcrição do registro, após feita a degravação, constará dos autos.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção XII

Dos Debates

[(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 476.  Encerrada a instrução, será concedida a palavra ao Ministério Público, que fará a acusação, nos limites da pronúncia ou das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, sustentando, se for o caso, a existência de circunstância agravante.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  O assistente falará depois do Ministério Público.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Tratando-se de ação penal de iniciativa privada, falará em primeiro lugar o querelante e, em seguida, o Ministério Público, salvo se este houver retomado a titularidade da ação, na forma do [art. 29 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art29).           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 3o  Finda a acusação, terá a palavra a defesa.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 4o  A acusação poderá replicar e a defesa treplicar, sendo admitida a reinquirição de testemunha já ouvida em plenário.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 477.  O tempo destinado à acusação e à defesa será de uma hora e meia para cada, e de uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Havendo mais de um acusador ou mais de um defensor, combinarão entre si a distribuição do tempo, que, na falta de acordo, será dividido pelo juiz presidente, de forma a não exceder o determinado neste artigo. [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Havendo mais de 1 (um) acusado, o tempo para a acusação e a defesa será acrescido de 1 (uma) hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica, observado o disposto no § 1o deste artigo.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 478.  Durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

I – à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

II – ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 479.  Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Parágrafo único.  Compreende-se na proibição deste artigo a leitura de jornais ou qualquer outro escrito, bem como a exibição de vídeos, gravações, fotografias, laudos, quadros, croqui ou qualquer outro meio assemelhado, cujo conteúdo versar sobre a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos jurados.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 480.  A acusação, a defesa e os jurados poderão, a qualquer momento e por intermédio do juiz presidente, pedir ao orador que indique a folha dos autos onde se encontra a peça por ele lida ou citada, facultando-se, ainda, aos jurados solicitar-lhe, pelo mesmo meio, o esclarecimento de fato por ele alegado.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Concluídos os debates, o presidente indagará dos jurados se estão habilitados a julgar ou se necessitam de outros esclarecimentos.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Se houver dúvida sobre questão de fato, o presidente prestará esclarecimentos à vista dos autos.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 3o  Os jurados, nesta fase do procedimento, terão acesso aos autos e aos instrumentos do crime se solicitarem ao juiz presidente.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 481.  Se a verificação de qualquer fato, reconhecida como essencial para o julgamento da causa, não puder ser realizada imediatamente, o juiz presidente dissolverá o Conselho, ordenando a realização das diligências entendidas necessárias.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Parágrafo único.  Se a diligência consistir na produção de prova pericial, o juiz presidente, desde logo, nomeará perito e formulará quesitos, facultando às partes também formulá-los e indicar assistentes técnicos, no prazo de 5 (cinco) dias.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção XIII

Do Questionário e sua Votação

[(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 482.  O Conselho de Sentença será questionado sobre matéria de fato e se o acusado deve ser absolvido.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Parágrafo único.  Os quesitos serão redigidos em proposições afirmativas, simples e distintas, de modo que cada um deles possa ser respondido com suficiente clareza e necessária precisão. Na sua elaboração, o presidente levará em conta os termos da pronúncia ou das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, do interrogatório e das alegações das partes.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 483.  Os quesitos serão formulados na seguinte ordem, indagando sobre:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

I – a materialidade do fato;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

II – a autoria ou participação;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

III – se o acusado deve ser absolvido;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)    [(Vide ADPF 779)](http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6081690)

IV – se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

V – se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  A resposta negativa, de mais de 3 (três) jurados, a qualquer dos quesitos referidos nos incisos I e II do caputdeste artigo encerra a votação e implica a absolvição do acusado.          [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Respondidos afirmativamente por mais de 3 (três) jurados os quesitos relativos aos incisos I e II do caput deste artigo será formulado quesito com a seguinte redação:           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)    [(Vide ADPF 779)](http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6081690)

O jurado absolve o acusado?

§ 3o  Decidindo os jurados pela condenação, o julgamento prossegue, devendo ser formulados quesitos sobre:           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

I – causa de diminuição de pena alegada pela defesa;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

II – circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena, reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 4o  Sustentada a desclassificação da infração para outra de competência do juiz singular, será formulado quesito a respeito, para ser respondido após o 2o (segundo) ou 3o (terceiro) quesito, conforme o caso.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 5o  Sustentada a tese de ocorrência do crime na sua forma tentada ou havendo divergência sobre a tipificação do delito, sendo este da competência do Tribunal do Júri, o juiz formulará quesito acerca destas questões, para ser respondido após o segundo quesito.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 6o  Havendo mais de um crime ou mais de um acusado, os quesitos serão formulados em séries distintas.            [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 484.  A seguir, o presidente lerá os quesitos e indagará das partes se têm requerimento ou reclamação a fazer, devendo qualquer deles, bem como a decisão, constar da ata.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Parágrafo único.  Ainda em plenário, o juiz presidente explicará aos jurados o significado de cada quesito.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 485.  Não havendo dúvida a ser esclarecida, o juiz presidente, os jurados, o Ministério Público, o assistente, o querelante, o defensor do acusado, o escrivão e o oficial de justiça dirigir-se-ão à sala especial a fim de ser procedida a votação.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Na falta de sala especial, o juiz presidente determinará que o público se retire, permanecendo somente as pessoas mencionadas no caputdeste artigo.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  O juiz presidente advertirá as partes de que não será permitida qualquer intervenção que possa perturbar a livre manifestação do Conselho e fará retirar da sala quem se portar inconvenientemente.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 486.  Antes de proceder-se à votação de cada quesito, o juiz presidente mandará distribuir aos jurados pequenas cédulas, feitas de papel opaco e facilmente dobráveis, contendo 7 (sete) delas a palavra *sim*, 7 (sete) a palavra *não*.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 487.  Para assegurar o sigilo do voto, o oficial de justiça recolherá em urnas separadas as cédulas correspondentes aos votos e as não utilizadas.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 488.  Após a resposta, verificados os votos e as cédulas não utilizadas, o presidente determinará que o escrivão registre no termo a votação de cada quesito, bem como o resultado do julgamento.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Parágrafo único.  Do termo também constará a conferência das cédulas não utilizadas.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 489.  As decisões do Tribunal do Júri serão tomadas por maioria de votos.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 490.  Se a resposta a qualquer dos quesitos estiver em contradição com outra ou outras já dadas, o presidente, explicando aos jurados em que consiste a contradição, submeterá novamente à votação os quesitos a que se referirem tais respostas.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Parágrafo único.  Se, pela resposta dada a um dos quesitos, o presidente verificar que ficam prejudicados os seguintes, assim o declarará, dando por finda a votação.           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 491.  Encerrada a votação, será o termo a que se refere o [art. 488 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art488) assinado pelo presidente, pelos jurados e pelas partes.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção XIV

Da sentença

[(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 492.  Em seguida, o presidente proferirá sentença que:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

I – no caso de condenação:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

a) fixará a pena-base;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

b) considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes alegadas nos debates;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

c) imporá os aumentos ou diminuições da pena, em atenção às causas admitidas pelo júri;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

d) observará as demais disposições do [art. 387 deste Código](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art387);           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

~~e) mandará o acusado recolher-se ou recomendá-lo-á à prisão em que se encontra, se presentes os requisitos da prisão preventiva;~~[~~(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)~~](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

e) mandará o acusado recolher-se ou recomendá-lo-á à prisão em que se encontra, se presentes os requisitos da prisão preventiva, ou, no caso de condenação a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão, determinará a execução provisória das penas, com expedição do mandado de prisão, se for o caso, sem prejuízo do conhecimento de recursos que vierem a ser interpostos;     [(Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art3)       [(Vigência)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art20)

f) estabelecerá os efeitos genéricos e específicos da condenação;           [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

II – no caso de absolvição:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

a) mandará colocar em liberdade o acusado se por outro motivo não estiver preso;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

b) revogará as medidas restritivas provisoriamente decretadas;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

c) imporá, se for o caso, a medida de segurança cabível.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 1o  Se houver desclassificação da infração para outra, de competência do juiz singular, ao presidente do Tribunal do Júri caberá proferir sentença em seguida, aplicando-se, quando o delito resultante da nova tipificação for considerado pela lei como infração penal de menor potencial ofensivo, o disposto nos [arts. 69 e seguintes da Lei n](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm" \l "art69)[o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm" \l "art69)[9.099, de 26 de setembro de 1995](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm" \l "art69).           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 2o  Em caso de desclassificação, o crime conexo que não seja doloso contra a vida será julgado pelo juiz presidente do Tribunal do Júri, aplicando-se, no que couber, o disposto no § 1o deste artigo.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

§ 3º O presidente poderá, excepcionalmente, deixar de autorizar a execução provisória das penas de que trata a alínea *e* do inciso I do **caput** deste artigo, se houver questão substancial cuja resolução pelo tribunal ao qual competir o julgamento possa plausivelmente levar à revisão da condenação.      [(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art3)       [(Vigência)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art20)

§ 4º A apelação interposta contra decisão condenatória do Tribunal do Júri a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão não terá efeito suspensivo.     [(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art3)       [(Vigência)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art20)

§ 5º Excepcionalmente, poderá o tribunal atribuir efeito suspensivo à apelação de que trata o § 4º deste artigo, quando verificado cumulativamente que o recurso:     [(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art3)       [(Vigência)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art20)

I - não tem propósito meramente protelatório; e     [(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art3)       [(Vigência)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art20)

II - levanta questão substancial e que pode resultar em absolvição, anulação da sentença, novo julgamento ou redução da pena para patamar inferior a 15 (quinze) anos de reclusão.

§ 6º O pedido de concessão de efeito suspensivo poderá ser feito incidentemente na apelação ou por meio de petição em separado dirigida diretamente ao relator, instruída com cópias da sentença condenatória, das razões da apelação e de prova da tempestividade, das contrarrazões e das demais peças necessárias à compreensão da controvérsia.     [(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art3)       [(Vigência)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art20)

  Art. 493.  A sentença será lida em plenário pelo presidente antes de encerrada a sessão de instrução e julgamento.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção XV

Da Ata dos Trabalhos

[(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 494.  De cada sessão de julgamento o escrivão lavrará ata, assinada pelo presidente e pelas partes.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 495.  A ata descreverá fielmente todas as ocorrências, mencionando obrigatoriamente:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

I – a data e a hora da instalação dos trabalhos;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

II – o magistrado que presidiu a sessão e os jurados presentes;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

III – os jurados que deixaram de comparecer, com escusa ou sem ela, e as sanções aplicadas;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

IV – o ofício ou requerimento de isenção ou dispensa          ; [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

V – o sorteio dos jurados suplentes;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

VI – o adiamento da sessão, se houver ocorrido, com a indicação do motivo;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

VII – a abertura da sessão e a presença do Ministério Público, do querelante e do assistente, se houver, e a do defensor do acusado;          [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

VIII – o pregão e a sanção imposta, no caso de não comparecimento;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

IX – as testemunhas dispensadas de depor;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

X – o recolhimento das testemunhas a lugar de onde umas não pudessem ouvir o depoimento das outras;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

XI – a verificação das cédulas pelo juiz presidente;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

XII – a formação do Conselho de Sentença, com o registro dos nomes dos jurados sorteados e recusas;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

XIII – o compromisso e o interrogatório, com simples referência ao termo;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

XIV – os debates e as alegações das partes com os respectivos fundamentos;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

XV – os incidentes;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

XVI – o julgamento da causa;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

XVII – a publicidade dos atos da instrução plenária, das diligências e da sentença.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 496.  A falta da ata sujeitará o responsável a sanções administrativa e penal.           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Seção XVI

Das Atribuições do Presidente do Tribunal do Júri

[(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

  Art. 497.  São atribuições do juiz presidente do Tribunal do Júri, além de outras expressamente referidas neste Código:           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

I – regular a polícia das sessões e prender os desobedientes;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

II – requisitar o auxílio da força pública, que ficará sob sua exclusiva autoridade;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

III – dirigir os debates, intervindo em caso de abuso, excesso de linguagem ou mediante requerimento de uma das partes;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

IV – resolver as questões incidentes que não dependam de pronunciamento do júri;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

V – nomear defensor ao acusado, quando considerá-lo indefeso, podendo, neste caso, dissolver o Conselho e designar novo dia para o julgamento, com a nomeação ou a constituição de novo defensor;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

VI – mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

VII – suspender a sessão pelo tempo indispensável à realização das diligências requeridas ou entendidas necessárias, mantida a incomunicabilidade dos jurados;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

VIII – interromper a sessão por tempo razoável, para proferir sentença e para repouso ou refeição dos jurados;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

IX – decidir, de ofício, ouvidos o Ministério Público e a defesa, ou a requerimento de qualquer destes, a argüição de extinção de punibilidade;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

X – resolver as questões de direito suscitadas no curso do julgamento;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

XI – determinar, de ofício ou a requerimento das partes ou de qualquer jurado, as diligências destinadas a sanar nulidade ou a suprir falta que prejudique o esclarecimento da verdade;           [(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

XII – regulamentar, durante os debates, a intervenção de uma das partes, quando a outra estiver com a palavra, podendo conceder até 3 (três) minutos para cada aparte requerido, que serão acrescidos ao tempo desta última.            [(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1)

Art. 585.  O réu não poderá recorrer da pronúncia senão depois de preso, salvo se prestar fiança, nos casos em que a lei a     admitir.

(Esquece esse primeiro por que ele é inconstitucional)

  Art. 586.  O recurso voluntário poderá ser interposto (o ato de levar uma questão ou um pedido ao tribunal) no prazo de cinco dias.

Parágrafo único.  No caso do [art. 581, XIV](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art581), o prazo será de vinte dias, contado da data da publicação definitiva da lista de jurados.

  Art. 587.  Quando o recurso houver de subir por instrumento, a parte indicará, no respectivo termo, ou em requerimento avulso, as peças dos autos de que pretenda traslado.

Parágrafo único.  O traslado será extraído, conferido e concertado no prazo de cinco dias, e dele constarão sempre a decisão recorrida, a certidão de sua intimação, se por outra forma não for possível verificar-se a oportunidade do recurso, e o termo de interposição.

  Art. 588.  Dentro de dois dias, contados da interposição do recurso, ou do dia em que o escrivão, extraído o traslado, o fizer com vista ao recorrente, este oferecerá as razões e, em seguida, será aberta vista ao recorrido por igual prazo.

Parágrafo único.  Se o recorrido for o réu, será intimado do prazo na pessoa do defensor.

  Art. 589.  Com a resposta do recorrido ou sem ela, será o recurso concluso ao juiz, que, dentro de dois dias, reformará ou sustentará o seu despacho, mandando instruir o recurso com os traslados que Ihe parecerem necessários. (Este é o juízo de retratação)

Parágrafo único.  Se o juiz reformar o despacho recorrido, a parte contrária, por simples petição, poderá recorrer da nova decisão, se couber recurso, não sendo mais lícito ao juiz modificá-la. Neste caso, independentemente de novos arrazoados, subirá o recurso nos próprios autos ou em traslado.

  Art. 590.  Quando for impossível ao escrivão extrair o traslado no prazo da lei, poderá o juiz prorrogá-lo até o dobro.

  Art. 591.  Os recursos serão apresentados ao juiz ou tribunal *ad quem (para quem vou enviar algo)*, dentro de cinco dias da publicação da resposta do juiz*a quo (Aquele que está enviando algo)*, ou entregues ao Correio dentro do mesmo prazo.

  Art. 592.  Publicada a decisão do juiz ou do tribunal *ad quem*, deverão os autos ser devolvidos, dentro de cinco dias, ao juiz *a quo*.

CAPÍTULO III

DA APELAÇÃO

  Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias:

(Caso aqui caiba Recurso em Sentido Estrito e Apelação, aplica-se apelação art 593 $4)

(Para a apelação, dois prazos principais existem. Um (que é esse de cima) é o prazo para você dizer ao juiz que quer apelar (entrar com o recurso de apelação) e o outro é aquele em que você poderá apresentar suas razões para o recurso. Esse último vale 8 dias vide artigo 600. Nesse artigo falamos também sobre contravenções penais (crimes com sanções bem baixas), que terão um novo prazo, dessa vez de 3 dias)

I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição (mérito da causa) proferidas por juiz singular (Juiz singular é todo aquele que não é o juiz do júri);

II - das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular nos casos não previstos no Capítulo anterior;

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:                

a) ocorrer nulidade posterior à pronúncia (“A CASA CAIU”, tribunal do júri te aguarda);

b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados;

c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança (Para deficientes mentais);

d) for a decisão dos jurados manifestamente (claramente) contrária à prova dos autos.

§ 1o  Se a sentença do juiz-presidente for contrária à lei expressa ou divergir das respostas dos jurados aos quesitos, o tribunal *ad quem*fará a devida retificação.              

§ 2o  Interposta a apelação com fundamento no no III, *c*, deste artigo, o tribunal *ad quem*, se Ihe der provimento, retificará a aplicação da pena ou da medida de segurança.               

§ 3o  Se a apelação se fundar no no III, *d*, deste artigo, e o tribunal *ad quem* se convencer de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, dar-lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento; não se admite, porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.                

§ 4o  Quando cabível a apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se recorra.

(Aqui esqueça aquele princípio da fungibilidade recursal, em que se diz que não haverá problema caso o advogado sem querer troque um recurso por outro. Isso é real, mas não venha com RESE no lugar de apelação)

Art. 596. A apelação da sentença absolutória não impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

Parágrafo único.  A apelação não suspenderá a execução da medida de segurança aplicada provisoriamente.

  Art. 597.  A apelação de sentença condenatória terá efeito suspensivo, salvo o disposto no [art. 393](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art393), a aplicação provisória de interdições de direitos e de medidas de segurança ([arts. 374](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm" \l "art374) e [378](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art378)), e o caso de suspensão condicional de pena.

  Art. 598.  Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, ou do juiz singular, se da sentença não for interposta apelação pelo Ministério Público no prazo legal, o ofendido ou qualquer das pessoas enumeradas no art. 31, ainda que não se tenha habilitado como assistente, poderá interpor apelação, que não terá, porém, efeito suspensivo.

(Traduzindo: Se MP não apelar no prazo legal, é lícito ao ofendido (pessoa lesada) e seus parentes, interpor essa apelação, mesmo se não forem assistentes de acusação. Essa apelação não terá efeito suspensivo)

Parágrafo único.  O prazo para interposição desse recurso será de quinze dias e correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.

   Art. 599.  As apelações poderão ser interpostas quer em relação a todo o julgado, quer em relação a parte dele.

(Ou seja, a apelação pode ser contra toda a sentença ou contra parte dela apenas)

  Art. 600.  Assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado terão o prazo de oito dias cada um para oferecer razões, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de três dias.

(Então o prazo pra INTERPOR apelação é de 5 dias. O prazo para apresentar razões da apelação é de 8 dias salvo em contravenções penais (infrações menores) em que teremos 3 dias apenas)

§ 1o Se houver assistente, este arrazoará, no prazo de três dias, após o Ministério Público.

(MP interpõe recurso em 5 dias. Tem oito para as razões oferecer. Se tiver assistente de acusação (alguém contratado pelo para ajudar na acusação) esse poderá, nos prazo de 3 dias, oferecer SUAS PRÓIPRIAS razões ao recurso, colaborando com as razões do MP. O Assistente de acusação só interpõe recurso caso o MP não o faça)

§ 2o  Se a ação penal for movida pela parte ofendida, o Ministério Público terá vista dos autos, no prazo do parágrafo anterior.

§ 3o  Quando forem dois ou mais os apelantes ou apelados, os prazos serão comuns.

(Conta pros dois ao MESMO TEMPO. NÃO termina um e começa outro, é ao mesmo tempo)

§ 4o  Se o apelante declarar, na petição ou no termo, ao interpor a apelação, que deseja arrazoar na superior instância serão os autos remetidos ao tribunal ad quem onde será aberta vista às partes, observados os prazos legais, notificadas as partes pela publicação oficial.

(A pessoa pode interpor apelação diretamente ao juízo superior sem passar pelo juiz que prolatou (proferir, pronunciar) a decisão)

  Art. 601.  Findos os prazos para razões, os autos serão remetidos à instância superior, com as razões ou sem elas, no prazo de 5 (cinco) dias, salvo no caso do [art. 603](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art603), segunda parte, em que o prazo será de trinta dias.

§ 1o  Se houver mais de um réu, e não houverem todos sido julgados, ou não tiverem todos apelado, caberá ao apelante promover extração do traslado dos autos, o qual deverá ser remetido à instância superior no prazo de trinta dias, contado da data da entrega das últimas razões de apelação, ou do vencimento do prazo para a apresentação das do apelado.

(Quando falamos de RESE, a regra é a de que, enquanto o recurso está sendo analisado pelo tribunal, o processo continua acontecendo, e são enviados ao tribunal instrumentos ou cópias dos autos. No caso da apelação, como a sentença já foi dada, os próprios autos originais vão ao juízo superior, por que a sentença já foi dada. SALVO se tiverem réus ainda não julgados que dependam dos autos, nessa exceção cópias serão envidadas na apelação)

§ 2o  As despesas do traslado correrão por conta de quem o solicitar, salvo se o pedido for de réu pobre ou do Ministério Público.

(Movimentação ou alteração dos autos dos processos)

  Art. 602.  Os autos serão, dentro dos prazos do artigo anterior, apresentados ao tribunal *ad quem* (a quem será enviado) ou entregues ao Correio, sob registro.

  Art. 603. A apelação subirá nos autos originais e, a não ser no Distrito Federal e nas comarcas que forem sede de Tribunal de Apelação, ficará em cartório traslado dos termos essenciais do processo referidos no [art. 564, n. III](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art564).

Aqui temos súmula do stf (705)

CAPÍTULO V

DO PROCESSO E DO JULGAMENTO DOS RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO

E DAS APELAÇÕES, NOS TRIBUNAIS DE APELAÇÃO

(Efeito devolutivo = Possibilidade de o recurso “devolver” ou ser enviado o recurso ao tribunal superior) TODO recurso tem efeito devolutivo

(Efeito regressivo = Possibilidade de devolver o recurso ao próprio juiz que “prolatou” ou proferiu a sentença) RESE é um exemplo disso

  Art. 609. Os recursos, apelações e embargos serão julgados pelos Tribunais de Justiça, câmaras ou turmas criminais, de acordo com a competência estabelecida nas leis de organização judiciária.

Parágrafo único.  Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos (Similar à interposição) dentro de 10 (dez) dias (Aqui conta interposição e apresentação de razões pro recurso), a contar da publicação de acórdão, na forma do [art. 613](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art613). Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência.

(Aqui temos UM OUTRO RECURSO. Embargos infringentes e de nulidade é o seu nome. Não pode ser contra uma decisão unânime ou favorável ao réu ou tribunal de primeira instância. Restrito à defesa. Prazo de 10 dias)

  Art. 610.  Nos recursos em sentido estrito, com exceção do de **habeas corpus**, e nas apelações interpostas das sentenças em processo de contravenção ou de crime a que a lei comine pena de detenção (mais leve e nunca inicia em regime fechado), os autos irão imediatamente com vista ao procurador-geral pelo prazo de cinco dias, e, em seguida, passarão, por igual prazo, ao relator, que pedirá designação de dia para o julgamento.

Parágrafo único.  Anunciado o julgamento pelo presidente, e apregoadas as partes, com a presença destas ou à sua revelia, o relator fará a exposição do feito e, em seguida, o presidente concederá, pelo prazo de 10 (dez) minutos, a palavra aos advogados ou às partes que a solicitarem e ao procurador-geral, quando o requerer, por igual prazo.

(Então aqui é assim. Caso o recurso seja RESE que não trate de Habeas Corpus ou apelação contra sentenças de contravenções penais crimes que têm pena de detenção a regra do procedimento será: Em 5 dias irá ao procurador-geral (membro do MP) e em seguida irá ao relator (desembargador que fará o resumo dos autos dos processos para facilitar o julgamento) em 5 dias que marcará o dia para o julgamento. Nesse julgamento as partes serão intimadas para comparecer mas não é obrigatório. Além disso terão a palavra por 10 minutos, se solicitados, diante daqueles que julgarão seu recurso)

(Falamos aqui de casos não tão urgentes.)

  Art. 612.  Os recursos de **habeas corpus**, designado o relator, serão julgados na primeira sessão.

  Art. 613.  As apelações interpostas das sentenças proferidas em processos por crime a que a lei comine pena de reclusão (Mais grave e pesado que a detenção, pode iniciar já em regime fechado), deverão ser processadas e julgadas pela forma estabelecida no [Art. 610](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art610), com as seguintes modificações:

I - exarado o relatório nos autos, passarão estes ao revisor, que terá igual prazo para o exame do processo e pedirá designação de dia para o julgamento;

(Tanto procurador geral quanto relator e revisor terão 10 dias ao invés de cinco como prazo)

II - os prazos serão ampliados ao dobro;

III - o tempo para os debates será de um quarto de hora.

  Art. 614.  No caso de impossibilidade de observância de qualquer dos prazos marcados nos [arts. 610](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm" \l "art610) e [613](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art613), os motivos da demora serão declarados nos autos.

  Art. 615.  O tribunal decidirá por maioria de votos.

MODIFICAÇÃO RECENTE (2024) § 1º Em todos os julgamentos em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados, havendo empate, prevalecerá a decisão mais favorável ao indivíduo imputado, proclamando-se de imediato esse resultado, ainda que, nas hipóteses de vaga aberta a ser preenchida, de impedimento, de suspeição ou de ausência, tenha sido o julgamento tomado sem a totalidade dos integrantes do colegiado.

§ 2o  O acórdão será apresentado à conferência na primeira sessão seguinte à do julgamento, ou no prazo de duas sessões, pelo juiz incumbido de lavrá-lo.

  Art. 616.  No julgamento das apelações poderá o tribunal, câmara ou turma proceder a novo interrogatório do acusado, reinquirir testemunhas ou determinar outras diligências.

(Basicamente o tribunal de segunda instância pode fazer tudo que o juiz de primeira instância faz)

  Art. 617.  O tribunal, câmara ou turma atenderá nas suas decisões ao disposto nos [arts. 383](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm" \l "art383.), [386](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art386) e [387](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art387), no que for aplicável, não podendo, porém, ser agravada a pena, quando somente o réu houver apelado da sentença.

(Só leitura tá bom, aqui exige-se um formato específico)

  Art. 618.  Os regimentos dos Tribunais de Apelação estabelecerão as normas complementares para o processo e julgamento dos recursos e apelações.

CAPÍTULO VI

DOS EMBARGOS

Art. 619. Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.

Art. 620.  Os embargos de declaração serão deduzidos em requerimento de que constem os pontos em que o acórdão é ambíguo, obscuro, contraditório ou omisso.

§ 1o  O requerimento será apresentado pelo relator e julgado, independentemente de revisão, na primeira sessão.

§ 2o  Se não preenchidas as condições enumeradas neste artigo, o relator indeferirá desde logo o requerimento.

CAPÍTULO VII

DA REVISÃO

(Corrige eventuais injustiças contra o réu. Só acontece em benefício do réu. MELHORA SITUAÇÃO DO RÉU)

(Último assunto de processo penal são: Ações autônomas impugnativas que se dividem em: Revisão criminal e Habeas Corpus)

(A revisão é utilizada APÓS transito em julgado, onde não cabe mais recurso. Ela pode atacar sentença condenatória ou absolutória imprópria)

  Art. 621.  A revisão dos processos findos será admitida:

I - quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos;

II - quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;

III - quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.

  Art. 622.  A revisão poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.

(Revisão não tem prazo)

Parágrafo único.  Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundado em novas provas.

(Não posso ficar pedindo revisão toda hora a não ser com novas provas)

  Art. 623.  A revisão poderá ser pedida pelo próprio réu ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão. (mnemônico: “CADI”)

  Art. 624.  As revisões criminais serão processadas e julgadas:                

(Aqui falaremos onde essas revisões serão processadas e por quem)

I - pelo Supremo Tribunal Federal, quanto às condenações por ele proferidas;

II - pelo Tribunal Federal de Recursos, Tribunais de Justiça ou de Alçada, nos demais casos.

§ 1o  No Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Federal de Recursos o processo e julgamento obedecerão ao que for estabelecido no respectivo regimento interno.               

§ 2o  Nos Tribunais de Justiça ou de Alçada, o julgamento será efetuado pelas câmaras ou turmas criminais, reunidas em sessão conjunta, quando houver mais de uma, e, no caso contrário, pelo tribunal pleno.                

§ 3o  Nos tribunais onde houver quatro ou mais câmaras ou turmas criminais, poderão ser constituídos dois ou mais grupos de câmaras ou turmas para o julgamento de revisão, obedecido o que for estabelecido no respectivo regimento interno.

  Art. 625.  O requerimento será distribuído a um relator (desembargador que nunca teve qualquer contato com aquele processo, esse fará o resumo do processo) e a um revisor (revisará resumo do relator), devendo funcionar como relator um desembargador que não tenha pronunciado decisão em qualquer fase do processo.

§ 1o  O requerimento será instruído com a certidão de haver passado em julgado a sentença condenatória e com as peças necessárias à comprovação dos fatos argüidos.

(o requerimento deve trazer a comprovação de que o julgamento já foi dado. Além disso provas de que houve injustiças são necessárias)

§ 2o  O relator poderá determinar que se apensem os autos originais, se daí não advier dificuldade à execução normal da sentença.

§ 3o  Se o relator julgar insuficientemente instruído o pedido e inconveniente ao interesse da justiça que se apensem os autos originais, indeferi-lo-á *in limine*, dando recurso para as câmaras reunidas ou para o tribunal, conforme o caso ([art. 624, parágrafo único](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#art624.)).

(O próprio relator tem o poder de indeferir o pedido de revisão de maneira liminar, nesse caso, cabe recurso)

§ 4o  Interposto o recurso por petição e independentemente de termo, o relator apresentará o processo em mesa para o julgamento e o relatará, sem tomar parte na discussão.

(Se o relator indefere e entram com recurso contra o indeferimento. O próprio relator entrará na sala do colegiado e declarará os fatos, sem tomar parte na discussão)

§ 5o  Se o requerimento não for indeferido *in limine*, abrir-se-á vista dos autos ao procurador-geral (membro do MP), que dará parecer no prazo de dez dias. Em seguida, examinados os autos, sucessivamente, em igual prazo, pelo relator e revisor, julgar-se-á o pedido na sessão que o presidente designar.

  Art. 626.  Julgando procedente a revisão, o tribunal poderá alterar a classificação da infração, absolver o réu, modificar a pena ou anular o processo.

(Daqui para baixo vemos os possíveis resultados para uma revisão)

Parágrafo único.  De qualquer maneira, não poderá ser agravada a pena imposta pela decisão revista.

(isso é diferente do que acontece com os recursos)

  Art. 627.  A absolvição implicará o restabelecimento de todos os direitos perdidos em virtude da condenação, devendo o tribunal, se for caso, impor a medida de segurança cabível.

  Art. 628.  Os regimentos internos dos Tribunais de Apelação estabelecerão as normas complementares para o processo e julgamento das revisões criminais.

  Art. 629.  À vista da certidão do acórdão que cassar a sentença condenatória, o juiz mandará juntá-la imediatamente aos autos, para inteiro cumprimento da decisão.

(Se for para cassar ou “matar” a sentença condenatória, isso deve ser feito rapidamente com tal sentença sendo juntada aos autos)

  Art. 630.  O tribunal, se o interessado o requerer, poderá reconhecer o direito a uma justa indenização pelos prejuízos sofridos.

(Se a pessoa pedir, e somente se pedir, poderá ter seu direito a indenização reconhecido pelo tribunal)

§ 1o  Por essa indenização, que será liquidada no juízo cível, responderá a União, se a condenação tiver sido proferida pela justiça do Distrito Federal ou de Território, ou o Estado, se o tiver sido pela respectiva justiça.

(É no juízo civil que será liquidada a indenização)

§ 2o  A indenização não será devida:

a) se o erro ou a injustiça da condenação proceder de ato ou falta imputável ao próprio impetrante, como a confissão ou a ocultação de prova em seu poder;

b) se a acusação houver sido meramente privada.

(quando se inicia com a queixa de algum particular, nada a ver com MP na ação penal pública)

  Art. 631.  Quando, no curso da revisão, falecer a pessoa, cuja condenação tiver de ser revista, o presidente do tribunal nomeará curador para a defesa.

(CUIDADO: Alerta para tópico de extrema importância abaixo)

Capítulo III

Dos Juizados Especiais Criminais

(Este surgiu para desafogar o maior tribunal do mundo em número de processos)

(O RITO SUMARÍSSIMO ESTÁ AQUI CONTIDO)

(O que será aqui estudado, não é mais processo penal, mas faz parte da lei 9099/95. Essa lei traz à tona o JECRIM = Que aqui será abordado. O JEC = que será estudado em processo civil e o JEF = juizado especial da fazenda, que cai em processo civil junto com jec)

(O JECRIM tem alguns princípios ou critérios a serem obedecidos. São eles: mnemônico: “CESIO” C = celeridade/velocidade maior. E = economicidade/menos custos tanto de tempo quanto de grana. S = simplicidade/ nada muito complexo. I = informalidade/ tudo será feito da maneira menos burocrática possível. O = oralidade/ muitas coisas podem ser apenas ditas, bate com informalidade)

Disposições Gerais

Art. 60.  O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, (Juiz togado é o magistrado que passou no concurso e se tornou juiz. Já o leigo é aquele que tem conhecimento na área, é juiz mas não é concursado na magistratura) tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência (Se o malandro cometeu um crime doloso contra a vida E uma infração penal de menor potencial ofensivo, essa infração será julgada pelo tribunal do júri. Devem ser tramitados processos nos “lugares” corretos).

(Mesmo o cara que não é juiz propriamente dito, pode sim ajudar no julgamento, e o juiz togado verificará e homologará posteriormente)

Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis (Possibilidade de acordo).

(Se na reunião de processos o júri acabar julgando contravenção penal por exemplo, CABERÃO acordos)              

Art. 61.  Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

(O que são infrações de menor potencial ofensivo? São contravenções penais (aqui não importa a pena) e crimes cuja pena seja menor igual a dois anos, esquecendo a multa)

Art. 62.  O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (“CESIO”, vide início), objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

**Seção I**

**Da Competência e dos Atos Processuais**

Art. 63. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

(Que juizado especial vai julgar tal caso? Aquele que mantém sobre a sua jurisdição a região onde foi praticada a infração)

Art. 64. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

(Atos públicos e podem ser realizados a qualquer hora, qualquer dia, tendo em vista a celeridade)

Art. 65. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados, atendidos os critérios indicados no art. 62 desta Lei.

§ 1º Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

(Aqui a ideia é simplificar. Atendendo ao CESIO teremos informalidade, celeridade, não precisa rebuscar demais os atos processuais ou inventar regras para coisas que não são essenciais, temos instrumentalidade das formas, são apenas instrumentos)

§ 2º A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.

§ 3º Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

(Obedecendo à oralidade, não precisa escrever tudo, mas somente o que for estritamente essencial)

Art. 66. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

(No JECRIM, sempre que possível a citação será feita pessoalmente no juizado ou por mandato)

Parágrafo único. Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

(No JECRIM a celeridade deve ser respeitada. Se não consegue citar, esse processo não vai ficar parado no JECRIM, vai para o juízo comum, ser julgado pelo procedimento sumário (celeridade ainda levada em conta, por isso o procedimento não vai ser comum))

Art. 67. A intimação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado, ou, sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória, ou ainda por qualquer meio idôneo de comunicação.

Parágrafo único. Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes (intimados) as partes, os interessados e defensores.

Art. 68. Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á designado defensor público.

(Tanto a citação quanto a intimação (se necessária) avisará também que é necessário comparecer com um advogado, e caso não o faça, será dado um defensor público para fazer a sua defesa)

**Seção II**

**Da Fase Preliminar**

(Condução coercitiva = condução obrigatória)

Art. 69. A autoridade policial (delegado) que tomar conhecimento da ocorrência (fato criminoso com pena de até dois anos ou contravenção penal) lavrará (escreverá, redigirá, de maneira formal) termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

(O que está escrito aqui? Quando ocorrer um fato que poderia ser julgado pelo JECRIM, o delegado não vai fazer um boletim de ocorrência (BO). Na verdade, ele encaminhará imediatamente ao juizado, JECRIM, um termo circunstanciado (que é basicamente um BO mais simplificado, o chamado TC))

Parágrafo único. Ao autor do fato (Quem está sendo acusado de cometer um crime) que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

(Se o acusado se compromete (por meio de um documento assinado por ele) a ir até o juizado ou se ele vai, de imediato ao juizado, ele não será preso em flagrante e nem será exigido o pagamento de fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz pode afastar o réu do lar como medida de cautela)

Art. 70. Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, da qual ambos sairão cientes.

 Art. 71. Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, a Secretaria (vara) providenciará sua intimação e, se for o caso, a do responsável civil, na forma dos arts. 67 e 68 desta Lei.

Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos (acordo) e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

(Iniciada a audiência preliminar o que acontecerá? O próprio juiz vai oferecer a possibilidade de “matar o processo no ninho”. Que consistiria basicamente em o autor do fato pagar a composição dos danos (pagar ao autor da ação uma indenização) e responder por uma pena não privativa de liberdade (prestação de serviço comunitário por exemplo). Caso o autor do fato aceite, o processo acaba ali mesmo. Importante lembrar que todo mundo que faz parte do processo, inclusive os advogados, devem estar presentes)

Art. 73. A conciliação (esse tal acordo na audiência preliminar) será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

(Sim, estamos falando do juizado especial criminal, mas o nome do acordo é composição de danos CIVIS. **Irrecorrível**)

(O acordo em questão será reduzido a um documento escrito e será homologado pelo juiz, ele fará isso por meio de uma sentença definitiva, irrecorrível. Esse acordo escrito poderá ser cobrado no juizado civil caso a outra parte não o cumpra posteriormente)

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

(Traduzindo: Até mesmo nos casos que exigem a participação da vítima (ação penal privada mediante queixa ou ação penal pública condicionada à representação da vítima) esse acordo abordado até então, caso aceito pela vítima, implica a renúncia do direito da vítima de seguir com o processo)

(Aceitou o acordo, morreu o processo, em qualquer caso)

Art. 75. Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo. (Essa representação verbal tomará parte no processo, autuada)

(Este artigo serve pros casos em que a ação penal pública está condicionada à representação. É necessário que a vítima diga claramente ao juiz e ao MP que quer que o autor dos fatos seja processado, nesses casos.)

Parágrafo único. O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei. (Prazo = 6 meses)

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

(Aqui em cima estamos falando da TRANSAÇÃO PENAL. Caso a pessoa tenha **praticado uma infração de menor potencial ofensivo (que prevê crimes cuja pena máxima cominada não supere dois ano e contravenções penais**) ela pode escapar do processo por meio de um acordo (dentro da fase preliminar por exemplo) com a vítima. Caso o acordo não funcione, a pessoa pode escapar do processo por meio de uma transação penal. E o que é isso? É a aplicação imediata de multas e pena restritiva de direitos. Note que para que essa aconteça, alguns requisitos são necessários)

(**Quem propõe transação penal é o MINISTÉRIO PÚBLICO**)

§ 1º Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

§ 2º Não se admitirá a proposta (a transação penal) se ficar comprovado:

I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

§ 3º Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

(Juiz tem que autorizar acordo)

(Nota de questão: A transação penal não faz coisa julgada material (não põe uma pedra no assunto, caso não efetivada, ação segue seu curso))

(Pontuando: Coisa julgada material X coisa julgada formal:

Coisa julgada formal = Dentro do mesmo processo a decisão se torna absoluta, imutável, não cabendo mais recursos

Coisa julgada material = mais forte que a anterior. Não só a decisão se torna absoluta dentro do processo, mas o assunto em si abordado pelo juízo já foi decidido pela justiça. A matéria que trata o processo é dada por julgada e nenhum juízo meche mais. Em outras palavras, para a justiça como um todo, morreu o assunto

Justamente por ser mais forte, é impossível que algo faça coisa julgada material sem fazer, antes disso, coisa julgada formal

)

§ 4º Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

(Olha a maluquice. Com a transação penal efetivada, vai contar na ficha do agente que ele praticou uma infração de menor potencial ofensivo? NÃO. A ficha ficará LIMPA. Essa é uma das grandes vantagens dessa transação. Vai ter registro, vai é só para fins de não aplicação da transação penal nos próximos 5 anos)

§ 5º Da sentença prevista no parágrafo anterior (aquela que homologa o acordo) caberá a apelação referida no art. 82 desta Lei.

(10 dias para apelação)

§ 6º A imposição da sanção de que trata o § 4º deste artigo não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo, e não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.

(Mesmo ocorrendo transação penal, a vítima não é impedida de entra com uma ação no juízo civil)

**Seção III**

**Do Procedimento Sumariíssimo**

**(Não deu certo a transação penal? Então daremos continuidade ao processo, aqui está a continuidade)**

Art. 77. Na ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena (Não havendo transação penal), pela ausência do autor do fato, ou pela não ocorrência da hipótese prevista no art. 76 desta Lei, o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.

(Aqui, claro, atendemos à oralidade, que é um dos princípios/pilares do JECRIM)

§ 1º Para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência referido no art. 69 desta Lei, com dispensa do inquérito policial, prescindir-se-á do (dispensar-se-á o) exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.

§ 2º Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao Juiz o encaminhamento das peças existentes, na forma do parágrafo único do art. 66 desta Lei.

(JECRIM não é lugar para enrolação. Se a coisa for mais complexa do que parece, para que o pilar da celeridade seja respeitado, o MP pode requerer o encaminhamento das peças do processo para o juízo comum, onde será julgado com mais calma de acordo com o rito sumário)

§ 3º Na ação penal de iniciativa do ofendido (ação penal privada por meio de queixa) poderá ser oferecida queixa oral, cabendo ao Juiz verificar se a complexidade e as circunstâncias do caso determinam a adoção das providências previstas no parágrafo único do art. 66 desta Lei.

(A queixa pode ser oral. Como aqui não tem MP para requerer isso se for o caso, cabe ao magistrado perceber se deve encaminhar ou não a ação ao juizado comum)

Art. 78. Oferecida a denúncia ou queixa, será reduzida a termo, entregando-se cópia ao acusado, que com ela ficará citado e imediatamente cientificado da designação de dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, da qual também tomarão ciência o Ministério Público, o ofendido, o responsável civil e seus advogados.

§ 1º Se o acusado não estiver presente, será citado na forma dos arts. 66 e 68 desta Lei (pessoal no juizado ou por mandato, tem que avisar da importância de trazer advogado) e cientificado da data da audiência de instrução e julgamento, devendo a ela trazer suas testemunhas ou apresentar requerimento para intimação, no mínimo cinco dias antes de sua realização.

§ 2º Não estando presentes o ofendido e o responsável civil, serão intimados nos termos do art. 67 desta Lei para comparecerem à audiência de instrução e julgamento.

§ 3º As testemunhas arroladas serão intimadas na forma prevista no art. 67 desta Lei.

Art. 79. No dia e hora designados para a audiência de instrução e julgamento, se na fase preliminar não tiver havido possibilidade de tentativa de conciliação e de oferecimento de proposta pelo Ministério Público, proceder-se-á nos termos dos arts. 72, 73, 74 e 75 desta Lei.

(Aqui a lei dá uma chance pra pessoa que não teve a possibilidade de celebrar um acordo)

Art. 80. Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.

Art. 81. Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

(Nos outros processos a defesa prévia é escrita, no JECRIM é oral, verbal)

(Só após a resposta à acusação que o juiz decidirá por receber ou não a denúncia ou queixa. OTI aqui, esquece daquele tal de OTEI, pois esclarecimentos não são necessários em respeito à celeridade)

§ 1º Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

§ 1º-A. Durante a audiência, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão respeitar a dignidade da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas:       [(1º A incluído pela lei de 2021)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14245.htm#art4)

I - a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos;

II - a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas.

§ 2º De todo o ocorrido na audiência será lavrado termo, assinado pelo Juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência e a sentença.

§ 3º A sentença, dispensado o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.

(A sentença deve ter fundamentação/embasamento sendo, porém, **dispensado o relatório**)

**(Sentença possui relatório, fundamentação e dispositivo)**

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

(Quem vai julgar a tal da apelação: Um Colégio Recursal composto por três juízes de primeira instância que se reuniram na sede do juizado, NADA DE TRIBUANL DE JUSTIÇA)

§ 1º A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

(No juízo comum que engloba o rito ordinário e sumário tínhamos 5 dias para interposição do recurso e mais 8 para arrazoar. Aqui é 10 pra fazer tudo)

§ 2º O recorrido será intimado para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias.

(Contrarrazões em 10 dias)

§ 3º As partes poderão requerer a transcrição da gravação (de áudio para escrita) da fita magnética a que alude o § 3º do art. 65 desta Lei.

§ 4º As partes serão intimadas da data da sessão de julgamento (do Colégio ou Turma Recursal) pela imprensa.

§ 5º Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula (o resumo) do julgamento servirá de acórdão.

(Se o cara recorreu e perdeu. É desnecessário que se faça um acórdão detalhado pelo Colégio Recursal, a súmula do julgamento já serve)

Art. 83.  Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão. (OCO)

§ 1º Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

(A apelação é escrita, mas o embargo de declaração pode ser escrito ou oral)

§ 2o Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso.

(Se interpostos embargos de declaração, o prazo para a interposição de apelação zera)

§ 3º Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

(Não precisa requerer para corrigir autos, juiz pode fazer isso)

**Seção VI**

**Disposições Finais**

Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, **dependerá de representação** a ação penal relativa aos crimes de **lesões corporais leves e lesões culposas.**

(O código penal e outras leis (leis especiais) preveem que, para que o MP siga com algumas ações penais, será necessária a representação da vítima (**ação penal pública condicionada à representação**). Porém este artigo traz a ideia de que, além das hipóteses previstas nessas leis, também estão incluídas lesões corporais leves e culposas)

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada (prevista) for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena ([art. 77 do Código Penal](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art77)).

(Artigo bem importante. Eis algumas possibilidades dadas pela lei 9099/95:

- Composição civil dos danos (acordo com a vítima, parte contrária)

- Transação penal (acordo com o MP)

- Após a denúncia do MP a **suspensão do processo** é possível (também chamada de suspensão condicional do processo) mas para isso existem alguns requisitos:

1- Pena ***mínima*** cominada igual ou menor que 1 ano

2- Desde que o acusado não esteja sendo processado por outro crime

3- Desde que o acusado não tenha sido condenado

* Só pode suspender por 2 a 4 anos

)

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a **período de prova**, sob as seguintes condições:

 I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de freqüentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

(No JECRIM, a pessoa tem que fazer muito esforço para ficar com o nome sujo, porque a lei 9099 dá muitas possibilidades que extinguem o processo. Se, no período de prova, o acusado fizer tudo certinho, é extinta a punibilidade.)

(No período de prova o réu deve:

- Reparar o dano causado, se possível

- Parar de frequentar lugares específicos

- No caso de se ausentar da comarca onde mora, só o fazer com a autorização do juiz

- Deverá comparecer pessoalmente ao juízo todo mês para fazer um “controle de ações”

- Cumprir outras condições (adequadas) que o juiz determinar

\* Detalhe que qualquer coisinha já tira o processo de suspensão, **inclusive contravenção penal**

\* A **prescrição não corre** durante a suspensão do processo

)

§ 2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

§ 3º A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

§ 5º ***Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.***

§ 6º ***Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.***

(O Estado não está inerte, não dando prosseguimento ao processo por negligência, por exemplo, tem um acordo envolvido, por isso a prescrição não corre)

§ 7º Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.

cabÔ